

UMA VISÃO SOCIA-HISTÓRICA DA DEMOGRAFIA DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA VISUAL NO BRASIL

Autor: Humberto Bethoven Pessoa de Mello

Orientador: Sídio Werds Sousa Machado

Universidade Federal Fluminense - e-mail: bethoven.p@uol.com.br

Universidade Federal Fluminense - e-mail: sidiomac@gmail.com

Resumo:

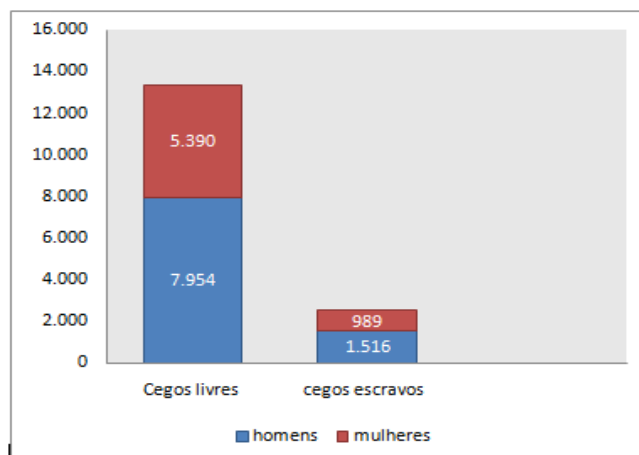
Para que possamos entender as motivações hodiernas de uma pessoa com deficiência no mundo atual se faz necessário a compreensão histórica, ou seja, onde tudo começou em seus espaços, culturais, sociais e econômicos nos berços das grandes civilizações orientais e ocidentais. São nestes espaços do mundo antigo a predominância do debate em torno da pessoa com deficiência seja, corpo/alma e corpo/mente. Embora o contexto histórico do mundo antigo houvesse pessoas com deficiência, seja ela sensorial, física ou mental foram deixadas várias contribuições culturais para humanidade a exemplo, o autor do poeta grego invisual Homero. Nesta perspectiva de luta da visibilidade social da pessoa com Deficiência Visual(DV), começa com abnegado Valentin Haiy intérprete do rei, decide em lutar pelos deficientes visuais, na educação e seu processo de inclusão social. O processo invenção do Sistema Braille para o mundo foi iniciado com jovem Louis Braille no Instituto Nacional dos Jovens *Cegos* em Paris ao observar a escrita fonética em relevo de oito pontos de Charles Barbier. A comunicação pela escrita, foi a liberdade de expressão para pessoa cega, assim, o Sistema Braille, passa a ser reconhecido com muita luta na nós países Europeus. O Brasil será o primeiro país do mundo a adotar o Sistema Braille com a criação em 1854, do Instituto Imperial dos Meninos Cegos, atualmente denominado de Instituto Benjamin Constant – IBC. Pretende-se nesta pesquisa bibliográfica demonstrar dados censitários da evolução dos deficientes visuais no Brasil do Império até República

Palavras-chave: deficiência visual, educação especial, censo, educação inclusiva.

Introdução

O primeiro censo no Brasil foi realizado no governo de D. Pedro II em 1872 realizado pela Diretoria Geral de Estatística criada pelo Decreto nº 1.829, de 9 de setembro de 1870, recenseou pela primeira vez em nossa história pessoas com defeito físicos (cegos e surdos) escravos e homens livres e adotam metodologias de caráter internacional em relação as pessoas com "defeitos físicos". Pretende-se nesta pesquisa trazer dados censitários através das bases de dados do atual Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (BRASIL,1920, p.Va).

Gráfico: 1 - Censo 1872. Cegos livres e escravos por sexo.



Fonte: Censo Geral do Brasil Império 1872. (<http://biblioteca.ibge.gov.br>).
Dados: Trabalhados pelo autor

Os dados acima revelam a discrepância de pessoas cegas com o número de alunos matriculados no Imperial Instituto de Meninos Cegos em 1854, que eram de 10 alunos. A proclamação da República em 15 de novembro de 1889, não corrigiu a distorção de acesso a matrícula até porque, só existia o atual Instituto Benjamin Constant no Brasil.

A ideia central é demonstrar que nos censos de 1872, 1900 e 1920, foram registrados as deficiências da "cegueira e á surdo - mudez", não há dados que identifiquem outras deficiências (BRASIL, 1920, p.Vb)

A cada censo havia um uso de metodologia diferenciada, sempre buscando padrões europeus. A coleta de dados de 1900 e 1920 para os deficientes "físicos" nada mudou em relação 1872. Os dados extraídos da "Directoria Geral de Estatística do Ministério da agricultura, industria e commercio, relativo as pessoas cegas foram por idade e por sexo. (Censo, 1920).

Entretanto ao aprofundar-se em dados coletados de época podemos observar a visão dos relatores do censo entre 1872, 1890 e 1920, que demonstram a concentração de cegos na capital federal, notoriamente a procura pelo tratamento doença e a educação.

A notável quantidade relativa de cegos no Distrito Federal, em 1872, 1890 e 1920 (13,38 ; 14,87 e 10,74, respectivamente), **explica-se, talvez, por ser a cidade do Rio de Janeiro, capital da Republica, a mais procurada no Brazil pelos que soffrem da vista, quer com o intuito de melhorai-a, quer para o internamento em asylos apropriados.** (BRASIL, 1920, p.VII, grifo nosso).

Portanto cabe aqui ressaltar que as causas que levam a cegueira como catarata, glaucoma, tracoma e outras, não são citadas. Somente uma pequena citação ao caráter autóctone do Estado da Amazônia identificando [...] **a syphilis e outras causas da cegueira mais raras**

naquelle Estado do que nas outras zonas septentrionaes. (BRASIL, 1920, p.VII, grifo nosso).

Todavia o censo de 1920, em seu relatório geral demonstram três características regiões, sexo e idade:

a) Cegos por Região: os censos de 1872 e 1920 dará ênfase no estudo da cegueira e sua predominância nas regiões (Estados, capitais e territórios). A região norte do Brasil terá o maior percentual de cegos, historicamente por ser uma das regiões mais pobres de toda federação assume o papel de protagonista de maior incidência de cegos até os dias atuais.

A distribuição proporcional dos cegos nos varias Estados do Brazil demonstra que **a cegueira é mais notavel no norte que no sul do paiz**, - o que revelam claramente os dados censitarios de 1872 e 1920[...]. (BRASIL,1920, p.VII, grifo nosso)

b) Sexualidade: a maioria dos estados no censo de 1820 e 1920 a prevalência de cegos dar-se-á pelo sexo masculino. Os dados populacionais referentes aos cegos apurados em 1920, revelam que a cada 100 cegos, na federação, 54 são homens enquanto 46 são do sexo feminino. Entretanto revela a pesquisa que o território do Acre é uma exceção devido a população feminina ser superior.

As relações quantitativas revelam ainda que **os cegos são no Brazil mais numerosos na população masculina do que na feminina**, atingindo, em 1920, a 10,43 em 10.000 homens e a 9,06 em 10.000 mulheres, coeficientes mais baixos que os verificados em 1872 (18,12 cegos e 13,05 cegas, em 10.000 homens e em 10.0000 mulheres).[...] proporção mais ou menos confirmada em todos os Estados, com a unica exceção do Territorio do Acre, onde a porcentagem das mulheres excede á dos homens (33 H e 67 M, em 100 cegos).(BRASIL,1920, p.VII,VIII, grifo nosso).

c) Cegos por idade: Em geral, as doenças que levam a cegueira segundo a OMS com maior prevalência é catarata não operada com 35%. Assim sendo, estima-se que as pessoas com 50 anos ou mais atinge hoje o patamar de 81% das pessoas com deficiência visual no mundo (WHO, 2017).

O censo de 1920, não contradiz a realidade de hoje, aponta que incidência de cegos, acima dos 15 anos de idade tanto em brasileiros como em estrangeiros. A prevalência da cegueira na idade de 0 e 14 anos idades está bem abaixo, do grupo de cegos superior a 15 anos ou mais.

Nas idades compreendidas entre O e 14 annos, o coefficiente ela cegueira atinge em todo o Brazil a proporção ele 3,08 e 2,03, respectivamente, em 10 000 homens e em 10 000 mulheres, contra as relações de 15,97 cegos e 14,23 cegas ele 15 e mais annos, respectivamente, em 10 000 homens e em 10 000 mulheres. (BRASIL, 1920, p. XVI)

Detalhando os dados acima o gráfico abaixo a aponta que a cada grupo de 20.000 cegos na idade de 0 a 14 anos equivale aproximadamente a 1.000 cegos, enquanto cada grupo de

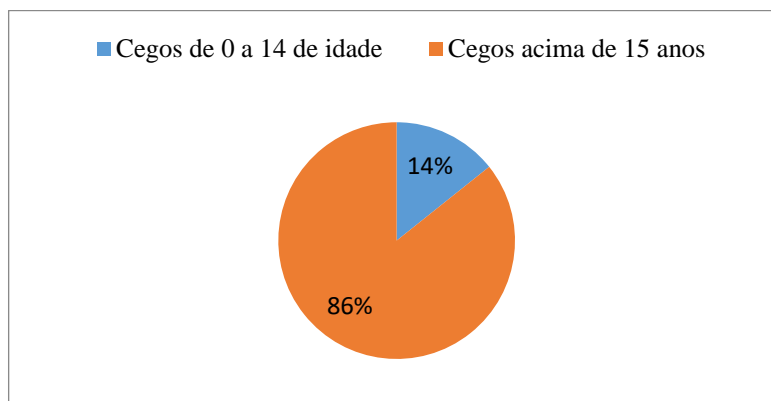
(83) 3322.3222

contato@cintedi.com.br

www.cintedi.com.br

20.000 cegos acima de 15 anos equivale aproximadamente 6.000 cegos. Assim, temos a possibilidade de observar que o percentual de cegos entre 0 e 14 anos e acima de 15 anos chega na diferença de 86%.

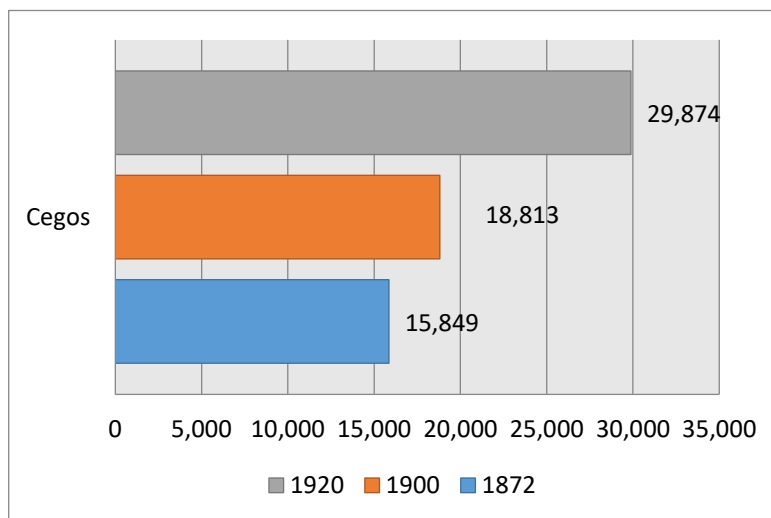
Gráfico 2 - Cegos por grupo de idade censo 1920



Fonte: Brasil, 1920. Dados trabalhado pelo autor.

Outro dado relevante em todos recenseamento do Brasil do Império até os dias atuais a predominância da terminologia *cegos* ou *cegueira* como categoria única, não há registro em nenhum censo populacional de nossa história utilizando o termo baixa visão ou visão subnormal.

Gráfico: 3 – Crescimento Demográfico da Cegueira no Brasil. Censo 1920.



Fonte: Censo Geral do Brasil 1920 (<http://biblioteca.ibge.gov.br>).
Dados: Trabalhados pelo autor.

A média de crescimento da população brasileira cega em 1920 foi de 46%, relativo ao censo de 1872. Enquanto crescia de forma acelerada a população de pessoas cegas, a oferta de matrícula educacional era muito lenta. A posição geográfica do Instituto Benjamin Constant, e a sua estrutura física na época eram fortes impeditivos para o crescimento da demanda educacional para cegos.

Somente em 02/09/1926 será criado o Instituto São Rafael em Minas Gerais, por ex-alunos do Instituto Benjamin Constant. (IBC, 2004).

A data de criação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) é datado de 29 de maio de 1936, quando foi regulamentado o Instituto Nacional de Estatística (INE).

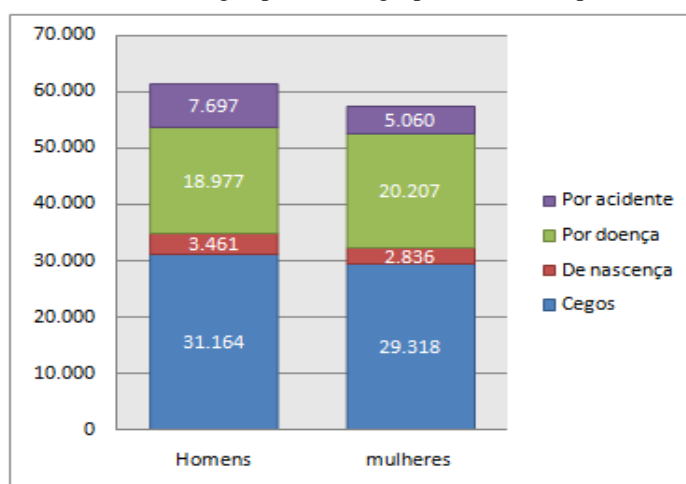
O recenseamento geral do Brasil realizado em 1º de setembro de 1940 será desenvolvido pelo Instituto Brasileiro de Estatística (IBGE), órgão recém criado pelo aparelho do Estado Novo, e controlado pelo Departamento de Imprensa Propaganda (DIP), haja visto que o censo só foi publicado somente em 1950. (BRASIL, 1950).

Em relação as pessoas com deficiência o censo de 1940, limita -se a análise de sua disfunção visual ou de surdos, não há interpretação quanto as causas da deficiência visual. Não há riqueza metodológica, quanto a predominância da cegueira por região o próprio IBGE declara sua limitação sobre o tema.

[...]foi limitada a pesquisa aos estados patológicos de surdo-mudez e de cegueira. Com referência aos cegos, pediu-se declarar êsse defeito e especificar a sua origem, pelas respostas "nascido cego", "cego por doença", "cego por acidente". (BRASIL,1950, p.xxviii)

O Censo de 1940, traz uma nova metodologia de abordagem na identificação da pessoa cega, dar se - á **pela sua condição, "por nascença", "por doença" ou "acidente" por sexo e idade**, entretanto aparecem dados da educação dos alunos chamados em sua época de remendativo, alunos com algum tipo de deficiência. (IBGE, 1950, grifo nosso)

Gráfico 4 - Cegos por sexo e grupo de idade e tipo de doença - 1940

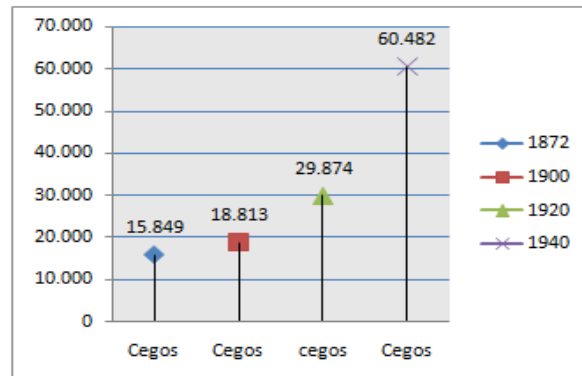


Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas – IBGE 1940.
Dados trabalhados pelo autor.

O crescimento da população de cegos cresceu de forma alarmante na primeira metade da República, entretanto não havia uma política de prevenção da mesma. É importante mais

uma vez ressaltar que não há dados sobre pessoas com baixa visão, assim não utilizamos o termo deficiente visual e sim a terminologia de época pesquisada.

Gráfico 5 - Evolução da população de Cegos no Brasil



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas – IBGE 1940.
Dados trabalhados pelo autor.

A partir de 1950 o Instituto Brasileiro de Geografia Estatística - IBGE não passará a realizar censos com dados de pessoas com deficiência,” o número de quesitos baixou de 45 para 25, com a eliminação das perguntas referentes à cegueira e surdez (OLIVEIRA, 2003; CHAGAS;2003 e VIOTTI, 2003).

Assim, os censos de 1950, 1960, 1970, e 1980, ou seja, ao longo de 40 anos, os governos discriminaram e esconderam as pessoas com deficiência de nossa sociedade sem menor possibilidade de elaborar políticas públicas ou ações neste setor. Por conseguinte não houve eliminação de barreiras Atitudinais, físicas e nem promoção de equidade social. (IBGE, 2010).

Metodologia

A temática aqui pesquisa foi realizada nas seguintes fases:

- a) A primeira fase foi de consultar fontes primárias das instituições governamentais que encontra-se disponível em seu bancos na rede internacional de computadores.
- b) Na segunda fase desenvolvemos diversos gráficos, possibilitado analisar os resultados sociais e educacionais dos censos de 1872 até 1940.
- c) Em seguida a terceira fase foi de fazer comparações dos resultados dos indicadores sociais das pessoas com deficiência visual no período acima citado, observando o contexto das políticas públicas na área social e educacional.

Resultados e Discussão

O presente estudo de realizado através de levantamentos dos censos de 1872,1890,1920 e 1940 realizados nos bancos de dados do Instituto Brasileiro de Estatísticas (IBGE), nos revelam o crescimento da população Deficiente Visual (DV), com maior prevalência na região norte e nordeste no período pesquisado.

Entretanto os órgãos responsáveis pelos censos no Brasil Império a Diretoria Geral de Estatística e o IBGE na República ao desenvolverem seus censos, respeitavam as convenções internacionais para recenseamento. Assim, era comum em época o uso da terminologia empregada para pessoas com deficiência, em nosso caso foi comum a utilização da palavra cegueira.

Um outro aspecto é o crescimento da população com deficiência visual, com prevalência no sexo masculino. Mesmo com dados claros no tocante as pessoas com deficiência visual, não há registros de uma política de governo no tocante a prevenção da saúde e sequer na educação principalmente na região norte e nordeste, pois a única instituição até meados de 1930 para atendimento aos cegos encontrava-se na região sudeste no Estado do Rio de Janeiro, com capacidade de 200 matrículas.

As primeiras instituições para cegos inauguradas na região nordeste vão surgir de alunos oriundos do Instituto Benjamin Constant, em 1936, a fundação em Pernambuco, do Instituto dos Cegos e 1942, a fundação em Salvador, do Instituto de Cegos da Bahia. Estas iniciativas partem de pressões da sociedade civil organizada e não de uma política pública de governo para atender as pessoas com deficiência.

Um outro aspecto, foi o descaso dos governos Republicanos em não incluir em suas coletas de dados a partir de 1950 até 1990 as pessoas com deficiência em seus censos, não produzindo dados para desenvolver possibilidades de um planejamento governamental no atendimento social e educacional as pessoas não só com deficiência visual, mas também com outros acometimentos.

Conclusão

Espera-se que o presente trabalho possa vislumbrar interesses em outros pesquisadores em aprofundar-se nesta temática, sócia - histórica da demografia das pessoas com deficiência visual pois não há políticas públicas sem dados consistentes.

Referências.

BRASIL. Lei Nº 1.829, DE 9 de Setembro de 1870. **Coleção de Leis do Império do Brasil - 1870**, Página 89 Vol. 1 pt I (Publicação Original). Disponível em:

<<http://www2.camara.leg.br/atividadelegislativa/legislacao/pesquisa/avancada>>. Acesso em 21 fev. 2017.

_____. Directoria Geral de Estatística. Recenseamento do Brasil (Realizado em 1 de Setembro de 1920). **Vol. IV, 1ª Parte. Rio de Janeiro: Typ. da Estatística.[Links]**, 1926.

_____. ANDRÉ JACQUES MARTINS MONTEIRO. (Org.). Instituto Benjamin Constant **Práticas Pedagógicas no Cotidiano Escolar: desafios e diversidade**. Rio de Janeiro: Instituto Benjamin Constant, 2014. 156 p.

CHAGAS, Ana Maria de Resende; VIOTTI, Renato Baumgratz. Retrato da pessoa com deficiência no Brasil segundo o Censo de 1991. 2003. Disponível em:

<<http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/2920>> Acesso em: 5 de set 2017.

DA SILVEIRA MAZZOTTA, Marcos José. **Educação especial no Brasil: história e políticas públicas**. Cortez Editora, 1995.

DO BRASIL, RECENSEAMENTO GERAL. Série Nacional. **Volume II - Censo Demográfico. População e Habitação (Rio de Janeiro: IBGE, 1950)**, v. 180, 1940.

MINISTERIO DA AGRICULTURA INDUSTRIA E COMMERCIO DIRECTORIA GERAL DE ESTATISTICA RECENSEAMENTO DE 1920. (4º Censo geral da população e 1º da agricultura e das industrias) Realizado em 1 de Setembro de 1920. **VOLUME IV (1ªPARTE)**. Disponível em:

<<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/li6461.pdf>> Acesso em: 5 set 2017.

Ministério da Agricultura, da indústria e comércio. Directoria Geral de Estatística Recenseamento do Brasil realizado em 01 de setembro de 1920. Volume IV – 3ª parte. Disponível em:

<<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/li6461.pdf>> Acesso em: 6 set 2017.

Recenseamento do Brazil em 1872. Obra Rara. Disponível em:

<<http://biblioteca.ibge.gov.br/bibliotecacatalogo?view=detalhes&id=225477>> Acesso: em 22 fev 2017.

WHO, 2013. OMS, 2013. **World Health Organization. Visual impairment and blindness, FactSheet N°282**. Disponível em:

<<http://www.who.int/mediacentre/factsheets/fs282/en/>> Acesso em: 25 out 2017.

